

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores representantes do Acionista,
A DME Poços de Caldas Participações S.A. - DME (“Companhia” ou “DME”) submete, à apreciação de V.S.as., o Relatório da Administração, em conjunto as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1. NOSSOS NEGÓCIOS

No contexto da atual estrutura societária, a DME tem como único acionista o Município de Poços de Caldas e figura como empresa “holding”, participando no capital social das empresas DME Distribuição S.A – DMED e DME Energética S.A. - DMEE. A DME Distribuição S.A. – DMED, subsidiária integral da DME, é titular de outorgas para distribuição de energia elétrica no Município de Poços de Caldas e geração de energia elétrica sob o regime de serviço público. A DME Energética S.A. – DMEE, outra subsidiária integral da DME, é titular de outorgas de geração de energia elétrica sob o regime de produção independente e cotas de garantia física.

2. DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

2.1. DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (SERVIÇO PÚBLICO)

A DME é uma concessionária de distribuição e geração de energia elétrica, situada no Município de Poços de Caldas-MG. Em 2024, houve um aumento de 2,55% no número de consumidores, totalizando 88.205.

O mercado cativo de energia elétrica, em 2024, foi de 287 GWh, representando um aumento de 2,90%. O balanço energético da distribuidora, apresentou um superávit da ordem de 9,9 GWh, excedente que foi liquidado através do Mercado de Curto Prazo – MCP ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

2.1.1.REPOSICIONAMENTO TARIFÁRIO – RTP

Em novembro de 2024, foi homologado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da DMED, que conduziu a um efeito médio nas tarifas de -16,71%, sendo -21,10% para os consumidores em alta tensão e -13,95% para os consumidores em baixa tensão.

2.2. GERAÇÃO (PRODUÇÃO INDEPENDENTE E COTAS DE GARANTIA FÍSICA) E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2024, a DMEE forneceu 436.639,30 MWh, sendo 175.680,00 MWh negociados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), 220.299,36 no Ambiente de Contratação Livre (ACL), e 40.659,95 MWh entregues no regime de cotas, disciplinado pela Lei nº 12.783/2013. No ano de 2024, a DMEE continuou prestando serviços de representação de clientes livres perante à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, compreendendo, desde o assessoramento no processo de migração do cliente e contratação de energia, até a realização das atividades periódicas, bem como serviço de intermediação para aquisição de energia por estes clientes, sendo remunerada pela energia negociada.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A DME atingiu, no exercício de 2024, uma Receita Operacional Líquida consolidada no valor de R\$ 300.750 mil, apresentando um acréscimo de 5,28% em relação a 2023, no valor de R\$ 285.669 mil, em decorrência de: (i) aumento da receita de fornecimento de energia elétrica para o mercado cativo, em 7,71%; (ii) aumento da receita com disponibilização do sistema de distribuição para consumidores livres e especiais em 11,55%; (iii) aumento da Receita de Construção em 60,63% e (iv) aumento da atividade de compra e venda de energia para terceiros, concomitante ao aumento do montante negociado, em razão do valor de venda de energia em reais por megawatt hora (R\$/MWh).

O Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), teve como valor médio em 2024 R\$ 127,89 ante R\$ 72,17 em 2023.

O custo dos serviços prestados consolidado cresceu 3,12%, atingindo R\$ 177.919 mil, que em 2023 foi de R\$ 172.532 mil, principalmente pelo aumento do custo da Construção, cujo valor em 2024 foi de R\$ 15.831 mil ante R\$ 9.599 mil em 2023, aumento de 64,92%.

Tais fatores contribuíram para o atingimento de um Lucro Bruto consolidado de R\$ 122.831 mil ante R\$ 113.137 mil, 8,57% maior do Exercício

anterior.

As Despesas Operacionais apresentaram um acréscimo de 41,14%, em R\$ 35.478 mil ante R\$ 25.136 mil do exercício anterior, decorrente, principalmente pelo Custo da Produção acrescido em 60,63%, com relação ao período.

As receitas e despesas financeiras líquidas consolidadas apresentaram resultado no montante de R\$ 31.532 mil, 31,22% menor com relação a 2023, que foi de R\$ 45.847 mil, provenientes do resultado das receitas financeiras, oriundo dos Encargos Financeiros da Utilização do Bem Público - UBP provenientes da UHE Salto Pilão, os quais sofreram maior impacto da conjectura econômica no Exercício.

O Lucro Líquido do Exercício consolidado, como consequência das variações acima expostas, atingiu o montante de R\$ 92.158 mil, apresentando uma diminuição de 17,33% em relação ao período anterior, que foi de R\$ 111.480 mil.

3. INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2024, a DMED unitizou, colocando a serviço do consumidor, investimentos na ordem de R\$ 25.430 mil. Os principais valores foram: R\$ 16.671 mil destinados diretamente em melhorias das redes de distribuição aéreas, R\$ 7.795 mil em sistemas de medição e R\$ 962 mil em usinas, subestações, veículos e equipamentos.

A DMEE, em 2024, realizou as seguintes atividades:

- Estudos e ações (aquisição fundiária, licenciamento ambiental, etc.) para implantação de novas centrais hidrelétricas (PCH's/CGH's), nos Rios Pardo, Verde e Capivari, conforme estudo de inventário aprovado pela ANEEL;
- Assinatura de contrato para a construção de Planta Solar 5MW;
- Fabricação de Hidrogerador para a CGH Cipó;
- Processo Licitatório para a construção da CGH Cipó;
- Prospeção de novos negócios nos segmentos de geração e transmissão, visando o crescimento dos ativos da DMEE;
- Protocolização de pedido de Licença Prévia (LP) da CGH Fervedor;
- Conclusão da revisão do projeto básico da PCH Boa Vista, e;
- Prestação de serviços para a Prefeitura de Poços de Caldas referentes a Operação e Manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A DME, por intermédio de suas controladas diretas ou através das SPE's em que participa indiretamente, atua ativamente nas localidades onde essas estão estabelecidas, mantendo seu compromisso de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de diversas ações de cunho sócio ambiental.

AGRADECIMENTOS

Consignamos nossos agradecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal pelo zelo e atenção que têm despendido com as questões inerentes à DME Poços de Caldas Participações S.A. – DME e suas subsidiárias, DME Distribuição S.A. – DMED e DME Energética S.A. – DMEE.

Da mesma forma, expressamos nossos agradecimentos aos órgãos estatutários, fornecedores, prestadores de serviços, clientes e, em especial, aos colaboradores das Empresas DME, pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos até realizados.

Poços de Caldas, 09 de abril de 2025.

Sérgio Antônio Carvalho de Azevedo - Presidente

Marcos Rogério Alvim - Diretor Administrativo-Financeiro

Marcelo Dias Loichate - Diretor de Novos Negócios

Demonstrações dos resultados				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ações)				
	Notas	Controladora	2023	Consolidado
		2024		2023
Receita operacional líquida	20	-	-	300.750
Custo dos serviços prestados	24	(123)	(155)	(177.919)
		(123)	(155)	122.831
Lucro bruto				113.137
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	24	-	-	(1.327)
Despesas gerais e administrativas	24	(4.142)	(3.409)	(39.435)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(135)	(110)	5.284
		(4.277)	(3.519)	(35.478)
Resultado de participações societárias	9	95.917	113.435	7.467
				15.096
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		91.517	109.761	94.820
				103.097
Receitas financeiras	21	3.635	3.936	68.810
Despesas financeiras	21	(2.994)	(2.217)	(37.278)
				(33.595)
Resultado antes dos impostos		92.158	111.480	126.352
				148.944
Contribuição social	22	-	-	(8.967)
Imposto de renda	22	-	-	(24.486)
Impostos diferidos	22	-	-	(741)
				1.077
Lucro líquido do exercício		92.158	111.480	92.158
				111.480
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		92.158	111.480	92.158	111.480
Outros resultados abrangentes					
Ganhos atuariais de plano de benefícios definido		(445)	(72)	(445)	(72)
Resultado abrangente total		91.713	111.408	91.713	111.408
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.					

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – controladora e consolidado						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
		Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Dividendos adicionais						
Saldos em 31 de dezembro de 2022		455.708	31.851	211.655	11.227	-
						710.441
Dividendos relativos a resultados acumulados	-	-	(22.065)	(11.227)	-	(33.292)
Perdas atuariais de plano de benefício definido	-	-	(72)	-	-	(72)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	111.480	111.480
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (5%) (Nota 19.2)	-	5.574	-	-	(5.574)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	-	(26.477)	(26.477)
Dividendos adicionais (até 25%)	-	-	-	20.500	(20.500)	-
Reserva de lucros	-	-	58.929	-	(58.929)	-
Outros	-	-	(11)	-	-	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		455.708	37.425	248.436	20.500	762.069
Dividendos relativos a resultados acumulados	-	-	-	9.199	(20.500)	(11.301)
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	-	-	-	445	-	445
Dividendo mínimo obrigatório residual de 2021 e 2022 (Nota 19.4)	-	-	(1.439)	-	-	(1.439)
Juros sobre capital próprio	-	-	(7.357)	-	-	(7.357)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	92.158	92.158
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (5%) (Nota 19.2)	-	4.607	-	-	(4.607)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	-	(21.887)	(21.887)
Dividendos adicionais (até 25%)	-	-	-	17.089	(17.089)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	48.575	-	(48.575)	-
Outros	-	-	(11)	-	-	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		455.708	42.032	297.848	17.089	812.677
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.						

Demonstrações dos fluxos de caixa						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
		Controladora		Consolidado		
		2024	2023	2024	2023	
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício		92.158	111.480	92.158	111.480	
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:						
Resultado de participações societárias (Nota 9)		(95.917)	(113.435)	(7.467)	(15.096)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)		-	-	118	416	
Amortização intangível – ETAU e SEFAC		-	-	637	637	
Depreciação e amortização (Nota 10 e Nota 11)		279	275	23.843	24.449	
Perda na baixa de imobilizado e intangível (Nota 10 e Nota 11) (Reversão) constituição de provisões para contingências, líquidas (Nota 18)		-	-	10.202	4.598	
Impostos diferidos (Nota 22)		-	-	741	(1.077)	
Uso do bem público – CESAP (nota 17)		-	-	3.421	(14.139)	
		(3.360)	(1.668)	132.958	111.474	
Redução (aumento) nos ativos						
Consumidores e revendedores		-	-	(527)	(4.843)	
Ativos financeiros setoriais		-	-	32.009	34.683	
Superávit - Plano de benefício definido		-	-	(995)	(428)	
Demais ativos circulantes e não circulantes		(4.549)	(2.678)	157	(14.024)	
		(4.549)	(2.678)	30.644	15.388	
Aumento (redução) nos passivos						
Fornecedores		108	(208)	(11.151)	(1.843)	
Folha de pagamento e provisões trabalhistas		9	5	(2)	67	
Tributos e contribuições sociais		-	-	(22.079)	9.534	
Taxas regulamentares		-	-	-	-	
Pagamento de contingências (Nota 18)		-	-	(573)	(27)	
Demais passivos circulantes e não circulantes		1.329	(261)	49.451	38.811	
		1.446	(464)	15.646	46.542	
Imposto de renda e contribuições sociais pagos		-	-	(39.857)	(32.582)	
Recursos líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades operacionais		(6.463)	(4.810)	139.391	140.822	

A DME Energética S.A. - DMEE (“Companhia” ou “DMEE”), subsidiária integral da DME, tem como objeto social a exploração da atividade econômica de geração, comercialização e transmissão de energia, bem como a realização de outras atividades correlatas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente. Sob o aspecto societário, a DMEE detém as seguintes participações diretas em outras sociedades:

Sociedades/Consórcios	Participação
Energética Barra Grande S.A. - BAESA (*)	8,8189%
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU (**)	14,3807%
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC (***)	11,0133%
Consórcio Empresarial Salto Pilaõ - CESAP	20,0000%

(*) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Barra Grande.
(**) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da Linha de Transmissão 230kV Campos Novos, Barra Grande, Lagoa Vermelha e Santa Marta.
(***) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Serra do Facão.

2. Concessões

A controlada direta DMED é concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica no município de Poços de Caldas, Minas Gerais e titular das seguintes outras formas de geração de energia elétrica sob o regime de serviço público, cuja energia elétrica gerada é destinada exclusivamente ao atendimento do seu mercado cativo:

Usinas	Rio	Potência Instalada (MW) (não auditado)	Término da outorga
PCH Walther Rossi - Antas II	Antas	16,500	13/03/2029
UHE Machadinho*	Pelotas	1.140	08/10/2035

(*) Participação direta no Consórcio Machadinho, correspondente a 2,902024%.
Em consonância com seu objeto social, a controlada direta DMEE possui outorga para exploração dos seguintes empreendimentos de geração hidroelétrica, sendo:

Usinas	Rio	Potência Instalada (MW)	Término da outorga
PCH Padre Carlos – Rolador	Lambari	7,8	02/09/2037
UHE Salto Pilaõ (*)	Itajaí	38,378	22/01/2042
UHE Pedro Afonso Junqueira (Antas I)	Antas	8,78	31/12/2042
Minicentral Hidrelétrica José Togni	Represa Bortolan	0,72	Registro
PCH Engº Ubirajara Machado de Moraes	Cascata Vêu das Noivas	0,8	Registro

(*) Participação direta no Consórcio Empresarial Salto Pilaõ, correspondente a 20%;
3. Apresentação das demonstrações financeiras
3.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 09 de abril de 2025.

b) Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais.
c) Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dado o grau de julgamento envolvido, os resultados reais podem divergir das estimativas.
Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 20.a - Receita de fornecimento de energia faturada e não faturada
- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias
- Nota 26 - Instrumentos financeiros
- Nota 18 - Provisões

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 18 - Provisões
- Nota 22 - Imposto de renda e contribuição social diferidos
- Nota 25 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 29 - Conta de compensação da variação dos custos da “Parcela A”

4. Políticas contábeis materiais
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação
As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se iniciar até a data em que deixar de existir. As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.
As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas foram consolidados integralmente.

Os saldos e transações entre empresas do grupo e quaisquer receitas e despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia investida.

A presente consolidação das demonstrações contábeis foi elaborada com o objetivo de fornecer informações gerenciais à Administração e foram observadas as seguintes práticas contábeis:

- As contas entre companhias foram eliminadas entre ativos e passivos das companhias;
- Os investimentos em subsidiárias integrais foram eliminados contra a conta de patrimônio líquido das respectivas subsidiárias;
- Eventuais faturamentos entre companhias foram eliminados das receitas emittentes contra custos ou despesas;
- O resultado da equivalência patrimonial na consolidação do resultado do exercício foi ajustado com a eliminação correspondente no resultado acumulado de cada empresa consolidada;
- Não houve lucro nas transações -entre companhias ou efeitos nos estoques;
- Todos os balanços consolidados possuíam a mesma data-base - 31 de dezembro de 2024.

b) Investimentos em coligadas
As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

A influência significativa, supostamente, ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

c) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente
i) Ativos financeiros
Reconhecimento inicial e mensuração
Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, consumidores concessionárias e permissionárias, ativos financeiros setoriais e ativo financeiro indenizável (da concessão).

Mensuração subsequente
Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)
Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a detritores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)
No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros. Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Desreconhecimento
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota 4;
- Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Notas 18 e 25; e
- Contas a receber de clientes, incluindo ativos de contrato - Nota 6.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluíram fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são compostos exclusivamente de títulos cotados na categoria de investimento superior (Muito bom e Bom) pela Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito e, portanto, são considerados investimentos de baixo risco de crédito. Constitui política da Companhia mensurar as perdas de crédito esperadas sobre estes instrumentos em uma base de 12 meses. No entanto, quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde a originação, a provisão será baseada na perda de crédito esperada vitalícia. A Companhia utiliza as classificações (ratings) da Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito para determinar se o instrumento da dívida aumentou significativamente em termos de risco de crédito e para estimar as perdas de crédito esperadas.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros
Reconhecimento inicial e mensuração
Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente
Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.
Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros
Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

d) Impairment de ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que são os estoques, intangível, ativo de contrato e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “Unidade Geradora de Caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.
A perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Não foram detectados indicativos de perdas de ativos não financeiros na controladora e suas subsidiárias.
e) Consumidores, concessionárias e permissionárias
Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros e classificados como custo amortizado.

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias estão apresentadas líquidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a perda estimada na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos.
f) Estoques
Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e de obras e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

g) Ativo financeiro indenizável (concessão)
Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a controlada direta DMED (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados a concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.
- Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração e de distribuição de energia elétrica da controlada direta DMED, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (Contratos de Concessão), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:
- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciada até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público.
- A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da controlada direta DMED, será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:
- Uma parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e
- Outra parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou de quem ele delegar essa tarefa.

O ativo financeiro indenizável (ativo financeiro disponível para venda) refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão.

No entendimento da Administração, há expectativa de receber ao término da concessão pelos investimentos não amortizados, o valor apurado com base na Base de Remuneração Regulatória (BRR). A controlada direta DMED considera as mudanças nos valores justos dos ativos que compõem a infraestrutura da concessão como alteração na expectativa dos fluxos de caixa estimados, de acordo com o CPC 48.

h) Ativos intangíveis
Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. Em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o ICPC 01(R1) (Contratos de Concessão) e o OCPIC 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado até o término da concessão, sendo 7 de julho de 2045 para a controlada direta DMED.

São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

i) Imobilizado
i.1) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta, custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

i.2) Custos subsequentes
Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

i.3) Depreciação
Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

j) Encargos regulatórios
i) Contas de Desenvolvimento Energético (CDE)
Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

ii) Programas de Eficientização Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

iv) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)
Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria de consumo aos agentes de geração.

v) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)
A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

vi) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (Conta Bandeiras)
Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

k) Benefício a empregados
k.1) Planos de contribuição definida
Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

A controladas diretas DMED e DMEE reconhecem todas as despesas com os planos de contribuição definida no resultado como despesa com pessoal.

k.2) Planos de benefício definido
Um plano de benefício definido é um plano de benefícios pós-emprego que não um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia e da controlada direta DMED quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e da controlada direta DMED e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuariário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a controlada direta DMED, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeios mínimas que se aplicam a qualquer plano na controlada direta DMED. Um benefício econômico está disponível à controlada direta DMED se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na medida em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, e exercícios anteriores a 2023, a controlada direta DMED incorreu em um superávit do plano de benefício definido não reconhecido, conforme demonstrado na Nota 25.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações.

Os riscos contingentes, devido à sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve, de maneira inerente, considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, constatações em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Companhia. Nesse contexto e frente as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, foram registradas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18).

m) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo do exercício, com base nas taxas de impostos decretados ou substantivamente decretados na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii) Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A Companhia e suas controladas diretas não reconhecem o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias quando há incertezas significativas na estimativa dos lucros tributáveis futuros na época em que as provisões, que geram tais diferenças temporárias, sejam efetivamente incorridas.

n) Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”)

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração, quando as informações disponibilizadas pela CCEE não estão disponíveis.

o) Reconhecimento da receita

Na controlada DMED, a receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

A *receita de fornecimento de energia elétrica* estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa renda) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

A receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD. Tal receita é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Esses indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica da distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter de fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.. Os valores DIC, FIC, DMIC e DICRI, passaram a ser contabilizados como um redutor da receita de TUSD, conforme pronunciamento CPC 47 Receita de Contratos com clientes.

A energia elétrica de curto prazo é reconhecida pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As receitas com contratos de construção são registradas pelas entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão, devendo registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Os custos de construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas na medida em que são incorridas, uma vez que a Companhia possui o direito executável pela obrigação de desempenho concluída até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Entretanto, considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

As subvenções vinculadas ao serviço concedido são reconhecidas em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CDE.

Os ativos e passivos financeiros setoriais originam das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil e devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício.

Os impostos sobre as vendas referem-se as receitas de vendas que estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para a venda de energia elétrica e sobre as prestações de serviços. A Companhia possui regime especial junto à Receita Federal para tributação de 0,65% para a venda de energia de curto prazo na CCEE;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6% para a venda de energia elétrica e sobre as prestações de serviços. A Companhia possui regime especial junto à Receita Federal para tributação de 3% para a venda de energia de curto prazo na CCEE;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é de competência dos Estados e do Distrito Federal. A controlada direta DMED, tem como obrigação realizar a cobrança do ICMS diretamente nas contas de energia e repassar os valores recolhidos integralmente ao governo do estado de Minas Gerais.

A alíquota aplicada é de 18%, com exceção para:

Atividades públicas de ensino superior e hospitais públicos universitários mantidos por instituições federais e estaduais de ensino superior credenciadas cuja alíquota é de 6%.

Consumidores rurais classificados como irrigantes (classe/subclasse 04-05) com alíquota de 12% para utilização no período diurno e de 7% para utilização no período noturno.

São isentas da cobrança do ICMS, as unidades consumidoras classificadas nas subclasses Residencial Baixa Renda, assim definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que sejam beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE e cujo faturamento mensal corresponda ao consumo médio de até 36kwh (três quilowatts/hora) por dia.

São isentos os templos de qualquer culto religioso, que permitam acesso público, relativamente à parte destinada à realização das cerimônias religiosas, desde que o imóvel seja de propriedade da entidade mantenedora do templo ou esteja formalmente na sua posse direta.

Durante a vigência do Decreto nº 48.482/22, no período de 23/06/2022 à 09/02/2023 não houve a incidência do ICMS sobre a parcela do valor relativo aos serviços de transmissão, serviços de distribuição e encargos setoriais (TUSD/TUST). O referido Decreto foi revogado mediante publicação em 11/02/2023 do Decreto nº 48.572/23 por decisão do Supremo Tribunal Federal – STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.195/DF, que suspendeu os efeitos do inciso X do art. 3º da lei Complementar Federal nº 87/96, com redação dada pela Lei complementar Federal nº 194/22.

Para a controlada direta DMEE, não houve impacto significativo durante a vigência do Decreto nº 48.482/22.

A receita relativa a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica ao longo do tempo. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo muito próximas a zero.

A receita financeira está relacionada com as aplicações financeiras e remuneração do capital próprio para investimentos registrados em imobilizações em curso. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

Na controlada DMEE a receita de geração é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber mediante a multiplicação da quantidade de volume de energia vendido pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais.

A receita proveniente da Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das diferenças (PLD).

p) Distribuição de dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado. De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Dessa forma, os dividendos não aprovados são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data da referida demonstração.

q) Operações de Arrendamento Mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R2). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas subsidiárias optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, o CPC 06 (R2) não trouxe implicações relevantes as demonstrações financeiras da Companhia e suas subsidiárias.

r) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 - Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia analisou os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda.

A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia e suas subsidiárias tiveram alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

s) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Acordos de financiamento de fornecedores – CPC 03 (R2)

s alterações esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A Companhia avaliou os impactos dessas alterações na preparação de suas demonstrações financeiras para o exercício de 2024 e não identificou nenhum impacto.

t) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

CPC 26 (R1) introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements*) (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O CPC 26 (R1) e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada não permitida no Brasil. O CPC 26 (R1) será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 –

Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	59	45	3.489	1.643
Aplicações financeiras	16.568	19.171	505.260	469.992
	16.627	19.216	508.749	471.635

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério pro rata, que equivalem aos seus valores de mercado. As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Consumidores, concessionárias e permissionárias - consolidado

	2024	2023
Consumidores faturados	28.997	27.414
Consumidores não faturados	16.997	15.128
Permissionárias	13.562	11.834
Consumidores – parcelamentos	1.828	4.494
Comercialização no âmbito da CCEE	693	2.677
Outros créditos	587	590
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.750)	(7.632)
	54.914	54.505

7. Tributos e contribuições sociais compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ a compensar	17.981	14.472	26.666	20.448
Provisão IRRF s/ aplicações financeiras	516	383	12.329	9.921
PIS e COFINS a compensar	-	-	2.619	9.987
ICMS - Recuperação de crédito	-	-	2.813	1.983
CSLL a compensar	-	-	1.673	1.602
ICMS - Recuperação de crédito curto prazo	-	-	1.394	966
Outros tributos e contribuições	-	-	9	-
Repetição de indébito tributário PIS e COFINS (1)	-	-	24.402	28.904
	18.497	14.855	71.905	73.811
Circulante	3.216	14.855	42.501	36.666
Não circulante	15.281	-	29.404	37.145

- (1) A DMED impetrou mandado de segurança em face da União, em 14/10/2020, sendo concedida a segurança através da sentença prolatada em 12/03/2021, para determinar à autoridade coatora que se abstenha de incluir o ICMS na base de cálculo das exações do PIS e da COFINS, sobre a qual foi interposto o recurso de apelação pela União, o qual se encontrava pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A Companhia, fez o levantamento dos valores pagos indevidamente no período de 03/2017 a 08/2021 para pleitear seu respectivo ressarcimento. Com o apoio e laudo preparado por seus assessores, e de acordo com a modulação do STF a Companhia havia registrado até 2023 o montante de R\$ 28.904 na rubrica de tributos a recuperar no balanço para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros. O valor principal dos créditos de R\$ 21.532 foi reconhecido como outras receitas operacionais durante o exercício de 2021 e os valores das atualizações monetárias foram reconhecidos na rubrica de receita financeira na demonstração do resultado do exercício. Durante o exercício de 2022, o processo nº 1001997-03.2020.4.01.3826 teve Sentença de primeiro grau favorável à DMED a qual concedeu a segurança pleiteada resolvendo o mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, determinando à autoridade coatora que se abstenha de incluir o ICMS na base de cálculo das exações do PIS e da COFINS e ainda declarou o direito da impetrante de compensar os valores indevidamente recolhidos nos cinco anos que precederam ao ajuizamento da ação. A Compensação estava condicionada ao transitio em julgado da sentença, na forma do art. 170-A do CTN., que ocorreu em agosto de 2023. Sobre os valores recolhidos indevidamente no quinquídio anterior a propositura da ação incide a taxa SELIC a partir de cada pagamento indevido, sem a cumulação com qualquer outro índice, seja de correção monetária ou de juros. A compensação (procedimento e débito passíveis de compensação) far-se-á de acordo com a regulamentação administrativa vigente ao tempo de sua efetivação. A União apresentou recurso de apelação sendo que em 08/2023 foi proferida a decisão do referido Processo e está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e ao entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto a exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS e a modulação de efeitos proposta pela Corte Suprema no julgamento do RE 574.706, onde restou definido que, para as ações que visassem discutir a restituição de tais valores protocoladas após 15 de março de 2017, aplica –se a referida modulação, possibilitando a discussão de valores apenas ao período posterior a esta data, não havendo fundamento hábil a combater a decisão proferida no Processo de nº 1001997-03.2020.4.01.3826 a ensejar êxito em outras instâncias recursais. Com isso, em 27/03/2024 foi deferido o pedido de habilitação dos créditos através do Despacho Decisório nº 0333/2024/HABCREDE/EQUAD/DRF/JFA/DEVAT/SRRF06/RFB. A DMED iniciou as compensações dos créditos em 22/05/2024 através de Pedido de Compensação – PERDCOMP junto a Receita Federal. Já a devolução dos créditos aos consumidores se iniciou em 11/2024 através da homologação da ANEEL conforme consta na Nota Técnica nº 168/2024-STR/ANEEL, de 11/11/2024. Em 31 de dezembro de 2024, a controlada possuía os saldos de R\$18.295 e R\$10.743 nas rubricas de Tributos e Contribuições Sociais e Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023 só haviam saldos provisionados no montante de R\$ 28.904 na rubrica de Tributos e Contribuições Sociais.

8. Outros ativos - consolidado

	2024	2023
Títulos de crédito a receber	3.276	6.694
Consumidores – Outros	1.841	1.344
Prefeitura municipal de Poços de Caldas – IP (2)	862	4.153
Desativação em curso	983	800
Adiantamentos empregados	337	261
Diferença mensal da receita - baixa renda	290	298
Serviços prestados a terceiros	34	24
Indenização Complementar - MP 579/2012 (1)	9.038	9.038
(-) Provisão para perdas de Consumidores – Outros	(1.779)	(1.883)
	14.882	20.729

Circulante	5.844	11.691
Não Circulante	9.038	9.038

- (1) Motivada por discussões de toda a comunidade do setor elétrico, a ANEEL aprovou em, 19 de dezembro de 2013, a Resolução Normativa nº 596/2013, esclarecendo assim o reconhecimento, para fins de indenização, os investimentos complementares àqueles ao Projeto Básico, das Usinas que tiveram seus contratos renovados antecipadamente a partir de 31 de dezembro de 2012, cujas concessões venceriam até 2015. Com a publicação da citada Resolução, as concessionárias encontraram suporte regulatório para requerer indenização complementar nos casos de acréscimos de escopo em relação ao Projeto Básico e para os investimentos realizados após a entrada em operação da última unidade geradora. Essas reivindicações estão sujeitas à análise e validação da ANEEL, conforme consta na própria Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013 e Lei nº 12.783/2013 (MP 579/2012).
- Com suporte regulatório, a controlada direta DMED realizou um estudo para verificar a existência de valor de indenização complementar para os bens reversíveis e ainda não depreciados ou amortizados, o qual foi identificado o montante de R\$10.224, representando assim o valor de indenização complementar sobre os investimentos em bens reversíveis da Usina Pedro Afonso Junqueira - UHE Antas I. Tal montante foi submetido a ANEEL em 29 de dezembro de 2015, onde ainda aguarda-se homologação pelo Órgão Regulador.
- Em 13 de julho de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 942/2021, a qual atualiza a Resolução Normativa nº 596/2013. A Resolução Normativa ANEEL nº 942/2021, estabelece os critérios e procedimentos para comprovação dos investimentos efetivados até a data de entrada em operação da última unidade geradora, além daqueles já considerados no Projeto Básico. Sendo assim, a controlada direta DMED, iniciou estudos em determinação da nova Resolução para atualização do laudo já submetido a ANEEL, o qual foi na ocasião foi elaborado em conformidade com a Resolução Normativa nº 596/2013.
- O novo laudo com o pleito para indenização complementar foi elaborado por empresa especializada credenciada na ANEEL, cujo montante correspondente a consolidação dos saldos passíveis de indenização perfazem o valor de R\$9.038 e representa o novo valor de indenização complementar, sobre os investimentos em bens reversíveis da UHE Antas I, em consonância com a Resolução Normativa ANEEL nº 942/2021, o qual foi encaminhado a ANEEL em julho/2022, e encontra-se em análise pela Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado –SFF.
- (2) Em janeiro de 2022 foi firmado entre a controlada direta DMEE e a empresa Ilumatic S/A, o contrato de fornecimento nº 001/2022, cujo objeto se refere a aquisição de luminárias de LED para o Projeto Poços 100% LED. Para este projeto estão sendo utilizados recursos da Contribuição de Iluminação Pública - CIP, os quais serão ressarcidos a DMEE durante o prazo de 36 meses, a encerrar-se inicialmente em janeiro de 2025.
- Em julho de 2023 foi realizado entre a controlada direta DMEE e a empresa Ilumatic S/A, o 4º Termo Aditivo ao contrato de fornecimento nº 001/2022, cujo objeto se refere a supressão quantitativa de R\$ 333.453,87 equivalente a 2,58% do valor total do contrato (R\$ 12.939.108,83 - considerando o valor originário menos os reequilíbrios em razão da variação do IPI), em razão de desconto concedido pela contratada pela antecipação do pagamento das 06 (seis) últimas parcelas devidas, passando o prazo de encerramento de janeiro de 2025 para julho de 2024, data em que ocorreu a quitação total.

9. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Participações societárias diretas				
DME Energética S.A. – DMEE	396.946	377.656	-	-
DME Distribuição S.A. – DMED	373.328	349.449	-	-
Participações societárias indiretas				
Baes - Energética Barra Grande	-	-	38.035	41.977
Sefac - Serra do Fação Energia S.A. (1)	-	-	(419)	6.765
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai	-	-	21.372	22.036
	-	-		
Sefac - Serra do Fação Energia S.A - Ativo Intangível	-	-	6.680	7.100
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai - Ativo Intangível	-	-	1.736	1.953
Telemar Norte Leste S.A.	19	19	19	19
	770.293	727.124	67.423	79.850

- (1) No empreendimento Serra do Fação S.A. foram operacionalizadas reduções de capital que totalizaram R\$ 340 milhões nos exercícios de 2023 e 2024, sendo assim, a controlada direta DMEE recebeu dividendos provenientes de sua participação no SEFAC que totalizaram R\$11.013 em 2024 (R\$26.432 em 2023).

A operação foi realizada, uma vez, que o SEFAC efetuou liquidação antecipada do seu financiamento no BNDES, onde o tema da redução de capital foi retomado, abrangendo análises econômico-financeiras pertinentes à operação. Após a aprovação do tema pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e ANEEL (através do Despacho nº 2.792 da SFF), o assunto foi encaminhado para apreciação dos Acionistas que seguiram com as aprovações da redução de capital.

b) Dados sobre as participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial
Controladora

	Participação %	Quantidade de ações	Patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos sem PL	Total de receitas	Lucro do exercício	Equivalência patrimonial 2024	Equivalência patrimonial 2023
DME Energética S.A. - DMEE	100	215.696.330	396.946	652.826	255.880	101.411	63.536	63.536	89.271
DME Distribuição S.A. - DMED	100	472.541.183	373.328	561.471	188.144	200.154	32.381	32.381	24.164
								95.917	113.435
								95.917	113.435
								(3.942)	(1.094)
								3.829	8.142
								7.580	8.048
								7.467	15.096

Consolidado
Baesa - Energética Barra Grande S.A.
SEFAC - Serra do Fação Energia S.A.
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. – ETAU

Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Nenhuma das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Não obstante a controlada direta DMEE possuir menos do que 20% do capital votante das coligadas Baesa - Energética Barra Grande S.A., Empresa de Transmissão Alto Uruguai S.A. - ETAU e SEFAC - Serra do Fação Energia S.A., a controlada direta DMEE entende que possui uma influência significativa dado sua representatividade no Conselho de Administração dessas companhias.

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	Saldos 2023	Equivalência patrimonial	Dividendos 2024	JCP	Resultados abrangentes	Saldo 2024
DME Energética S.A. – DMEE (i)	377.656	63.536	(22.641)	(21.749)	144	396.946
DME Distribuição S.A. – DMED	349.449	32.381	(560)	(8.389)	447	373.328
	727.105	95.917	(23.201)	(30.138)	591	770.274
	Saldos 2022	Equivalência patrimonial	Dividendos 2023	JCP	Resultados abrangentes	Saldo 2023
DME Energética S.A. – DMEE	344.318	89.271	(39.756)	(16.165)	(12)	377.656
DME Distribuição S.A. – DMED	331.782	24.164	(1.036)	(5.533)	72	349.449
	676.100	113.435	(40.792)	(21.698)	60	727.105

(i) A administração da DMEE apurou dividendos mínimos obrigatórios residuais de exercícios anteriores R\$847 de 2021 e R\$592 de 2022, os quais se refetem a imposto de renda retido na fonte pagos sobre os juros sobre capital próprio daqueles exercícios.

10. Imobilizado

	Controladora			
	Depreciação e amortização acumuladas	Valor líquido em 2024	Valor Líquido em 2023	
Custo				
Ativo imobilizado em serviço (Administração)	9.419	(3.646)	5.773	5.949
Ativo imobilizado em curso	983	-	983	202
	10.402	(3.646)	6.756	6.151
	Consolidado			
	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido em 2024	Valor Líquido em 2023	
Custo				
Ativo imobilizado em serviço	194.487	(92.609)	101.878	102.721
Geração	16.679	(10.777)	5.902	6.427
Distribuição	30.927	(17.373)	13.554	14.385
Administração	242.093	(120.759)	121.334	123.533
Ativo imobilizado em curso	19.035	-	19.035	10.346
Geração	241	-	241	-
Administração	19.276	-	19.276	10.346
	261.369	(120.759)	140.610	133.879

a) Movimentação do custo do ativo imobilizado

	Controladora					
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024	
Terrenos	746	-	-	-	746	
Reservatórios, barragem e adutoras	6.885	-	-	-	6.885	
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.301	-	-	-	1.301	
Máquinas e equipamentos	203	-	-	103	306	
Móveis e utensílios	181	-	-	-	181	
	9.316	-	-	103	9.419	
	Consolidado					
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2024
Terrenos	4.861	-	-	-	-	4.861
Reservatórios, barragens e adutoras	103.982	-	-	861	-	104.843
Edificações, obras civis e benfeitorias	49.650	-	-	17	-	49.667
Máquinas e equipamentos	101.366	550	(1.102)	3.876	-	104.690
Veículos	6.252	210	-	-	-	6.462
Móveis e utensílios	2.123	-	(8)	1	-	2.116
Sistema Transmissão e Conexão	1.088	-	-	-	-	1.088
Aquisição acionaria a ratear - Machadinho	66	-	(66)	-	-	-
Bens Indenizados - Antas I	(31.634)	-	-	-	-	(31.634)
	237.754	760	(1.176)	4.755	-	242.093

b) Movimentação do custo do ativo imobilizado em curso

Controladora						
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2024
Em curso	202	884	-	(103)	-	983
	202	884	-	(103)	-	983
Consolidado						
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2024
Em curso	10.344	13.687	-	(4.755)	-	19.276
	10.344	13.687	-	(4.755)	-	19.276

c) Movimentação da depreciação acumulada

	Controladora			
	31/12/2023	Adições	31/12/2024	
Reservatórios, barragens e adutoras	(2.587)	(213)	(2.800)	
Edificações, obras civis e benfeitorias	(615)	(29)	(644)	
Máquinas e equipamentos	(91)	(26)	(117)	
Móveis e utensílios	(74)	(11)	(85)	
	(3.367)	(279)	(3.646)	
	Consolidado			
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Reservatórios, barragens e adutoras	(34.625)	(2.851)	-	(37.476)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(20.939)	(1.004)	-	(21.943)
Reserv. barragens e adutoras - Machadinho	(12.391)	(1.112)	37	(13.466)
Máquinas e equipamentos	(50.032)	(2.786)	427	(52.391)
Veículos	(4.882)	(99)	-	(4.981)
Móveis e utensílios	(1.112)	(22)	3	(1.131)
Bens indenizados - Antas I	10.288	905	-	11.193
Sistema Transmissão e Conexão	(526)	(38)	-	(564)
	(114.219)	(7.007)	467	(120.759)

11. Ativo Intangível e de Contrato (infraestrutura em construção)

	Consolidado			Valor líquido	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	2024	2023
Geração	176.752	(90.446)	86.306	86.306	92.920
Distribuição	238.185	(107.996)	130.189	130.189	123.300
Administração	1.055	(1.004)	51	51	82
Ativo de contrato	63.969	-	63.969	63.969	38.713
	479.961	(199.446)	280.515	280.515	255.015

A movimentação do intangível está assim demonstrada:

	Consolidado					
	Geração	Distribuição	Administração	Total do intangível	Ativo de contrato	Total
Custo						
Saldo em 31/12/2023	47.628	225.308	102.299	375.235	38.713	413.948
Adições (*)	417	26.156	-	26.573	58.098	84.671
Baixas	(96)	(13.280)	-	(13.376)	(32.842)	(46.218)
Saldo em 31/12/2024	47.949	238.184	102.299	388.432	63.969	452.401
Amortização						
Saldo em 31/12/2023	(29.773)	(102.012)	(27.148)	(158.933)	-	(158.933)
Adições	(1.591)	(15.214)	(31)	(16.836)	-	(16.836)
Baixas	21	3.862	-	3.883	-	3.883
Saldo em 31/12/2024	(31.343)	(113.364)	(27.179)	(171.886)	-	(171.886)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2023	17.855	123.296	75.151	216.302	38.713	255.015
Saldo em 31/12/2024	16.606	124.820	75.120	216.546	63.969	280.515
Taxa de amortização %	7,61%	6,39%	10,64%			

(*) As adições de intangíveis referem-se a transferências de ativo de contrato.

Ativo de contrato (infraestrutura em construção)

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente ao longo do tempo, durante a fase de construção. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, após o término do período de construção e consequente reconhecimento dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão. O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração o valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (a partir de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Com base na Lei nº 14.052/2020, Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, Resolução Homologatória nº 2.919/2021 e da Resolução Homologatória nº 2.932/2021, estabeleceu-se novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel, conforme tabela abaixo.

Com base nos dados informados pela CCEE à Aneel as usinas da Companhia têm direito aos seguintes prazos de extensão: Usina				Garantia Física não repactuada anteriormente (MW médios)		Estimativa de Extensão da Concessão (dias)	
PCH Padre Carlos (Rolador)				4,07		1.097	
CESAP				2,62		1.735	
Em relação a PCH Padre Carlos, a Resolução Autorizativa nº 14.896, de 10 de outubro de 2023, estendeu novamente a concessão para 02/09/2037. As concessões da DMEE estão assim apresentadas:							
Usina	Potência (MW)	Garantia Física (MW médio)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW médio) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Integral e Compartilhada	209,99	118,76	-	56,48	32,04	-	-
PCH Padre Carlos (Rolador)	7,80	4,07	100%	7,80	4,07	15/06/2003	02/09/2037
UHE Pedro Afonso							
Junqueira (UHE Antas I)	8,78	5,16	100%	8,78	5,16	1898	31/12/2042
Minicentral Hidrelétrica José Togni (Bortolan)	0,72	0,41	100%	0,72	0,41	01/10/1988	-
PCH Ubirajara Machado de Moraes (Véu das Noivas)	0,80	0,72	100%	0,80	0,72	19/10/1985	-
UHE Salto Pilão	191,89	108,40	20%	38,38	21,68	11/12/2009	22/01/2042
Sociedade de propósito Específico	900,00	530,40	-	83,98	50,60	-	-
UHE Barra Grande	690,00	356,00	8,8189%	60,85	31,40	01/11/2005	06/03/2041
UHE Serra do Fação	210,00	174,40	11,0133%	23,13	19,21	13/07/2010	18/11/2040

No caso das CGH's, o regime de exploração é Registro, e portanto não há prazo final definido.

Amortização do Intangível - Repactuação

Segundo o CPC 04, a amortização deve ser iniciada a partir da disponibilização do bem para uso. Como no caso de extensão do direito de outorga o bem já foi construído e está em uso, entende-se que sua amortização deve ser iniciada assim que registrado o novo ativo intangível. Desse modo, o momento de reconhecimento de intangível deve corresponder ao direito de exploração estendido, pelas Leis nºs 14.052/2020 e 14.182/2021, pois cuidam-se de direito de exploração em andamento, cujo ativo intangível já está disponível para exploração, já está em uso.

Com isso, o ativo deverá gerar fluxo de caixa para a entidade, devendo ser amortizado no prazo definido no CPC 04, itens 97 a 106, ou seja, a amortização deve ser apropriada ao longo da vida útil estimada do ativo.

12. Cauções e depósitos vinculados

	Controladora	
	2024	2023
Depósitos judiciais recursais (d)	22	13
	22	13
	Consolidado	
	2024	2023
INSS - Depósito judicial (a)	15.634	14.501
Depósito judicial - Cível (b)	8.926	7.436
Depósito judicial - ANEEL/CCEE (c)	3.105	3.004
Depósitos judiciais recursais (d)	378	187
ICMS - Depósito judicial	22	14
	28.065	25.142
Circulante	7	-
Não circulante	28.058	25.142

Depósitos judiciais recursais (d)

- (a) INSS Depósito Judicial: Refere-se a ação anulatória de débito fiscal, a qual a companhia foi autuada pela exigência de débito proveniente de contribuições previdenciárias devida a terceiros durante o período de abril de 2004 a setembro de 2008.
- (b) Depósito judicial realizado para garantia do cumprimento de sentença nº 5005439-38.2018.8.13.0518, referente a liquidação do valor da condenação da companhia por lucros cessantes nos autos da Ação Ordinária de Indenização nº 0518.09.166650-4, ajuizada em 01/04/2009, em face da DMED, e em tramite perante a 2ª Vara Cível de Poços de Caldas-MG, relativa a imóvel localizado nas imediações da Represa Saturnino de Brito, matrícula 7.050 junto ao Cartório local.
- (c) ANEEL/CCEE: Termo de Notificação da CCEE e Auto de Infração decorrente deste, referente ao não reconhecimento do montante de 6,31 MW médios ou 10.733,392 MWh de exposição involuntária da DMED do período de janeiro a dezembro de 2013.
- (d) Depósitos Judiciais - outros refere-se a depósitos recursas de ações trabalhistas.

A movimentação está assim apresentada:

Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização	Resgates	Saldo em 31/12/2024
25.142	1.078	1.845	-	28.065

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Materiais e serviços	110	2	5.003	8.223
Fornecedores de energia elétrica (1)	-	-	2.623	9.612
Fornecedores - encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	1.972	2.348
Fornecedores de energia elétrica – CCEE	-	-	753	1.322
Fornecedores – Encargos de Conexão	-	-	37	34
Fornecedores partes relacionadas (Nota 23)	-	-	2	2
	110	2	10.390	21.541

Circulante	110	2	10.347	21.518
Não circulante	-	-	43	23

- (1) Em janeiro de 2022 foi firmado entre a controlada DMEE e a empresa Ilumatic S/A, o contrato de fornecimento nº 001/2022, cujo objeto se refere a aquisição de luminárias LED para o Projeto Poços 100% LED. Para este projeto estão sendo utilizados recursos da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, os quais serão pagos durante o prazo de 36 meses, a encerrar-se inicialmente em janeiro de 2025.

Em julho de 2023 foi realizado entre a DMEE e a empresa Ilumatic S/A, o 4º Termo Aditivo ao contrato de fornecimento nº 001/2022, cujo objeto se refere a supressão quantitativa de R\$ 333.453,87 equivalente a 2,58% do valor total do contrato (R\$ 12.939.108,83 - considerando o valor originário menos os reequilíbrios em razão da variação do IPI), em razão de desconto concedido pela contratada pela antecipação do pagamento das 06 (seis) últimas parcelas devidas, passando o prazo de encerramento de janeiro de 2025 para julho de 2024, data em que ocorreu a quitação total. Por consequência, o saldo relativo ao 4º Termo Aditivo está zerado em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.785 em 31 de dezembro de 2023. O saldo apresentado na conta de Fonecedores de energia elétrica em 31 de dezembro de 2024 R\$ 2.623 (R\$6.827 em 2023) refere-se exclusivamente a compras de energia do exercício do exercício findo naquela data.

14. Credores diversos

	Consolidado	
	2024	2023
Prefeitura municipal de Poços de Caldas – CIP	12.604	5.525
Consumidores	2.241	2.992
Taxa de iluminação pública arrecadada	1.980	1.884
Repasso ao consumidor – bônus Itaipu	1.445	28
Cauções em garantia	427	592
Empregados	43	45
Outros	850	290
	19.590	11.356

Em 21 de novembro de 2012, a SUPREV encaminhou processo à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, com o objetivo de obter aprovação quanto à destinação da Reserva Especial do Plano de Benefícios nº 006-DME. A Companhia aguarda a homologação e aprovação final da PREVIC quanto a destinação desse superávit.

A posição do ativo atuarial no final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, com base em laudo de atuário independente, está demonstrada a seguir:

Movimentação do Plano de Benefício Definido

	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(2.718)	(3.442)
Valor justo dos ativos em excess so aos montantes das obrigações	28.201	24.998
Valor presente da obrigação descoberta	25.483	21.556
(Déficit)/Superávit para planos cobertos	25.483	21.556
Ativo do plano	25.483	21.556
Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	(20.132)	(17.200)
Ativo(passivo) líquido reconhecido	5.351	4.356

Os valores reconhecidos no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no resultado abrangente são os seguintes:

	2024	2023
Ativo reconhecido no início do período	4.355	3.928
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios	319	319
Valor reconhecido de resultados abrangentes	677	109
Ativo(passivo) líquido reconhecido	5.351	4.356

Movimentação do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano

Valor justo dos ativos do plano em 31/12/202 2	22.660
Rendimento dos ativos do plano	2.194
Benefícios pagos pelo fundo	(71)
Ganhos atuariais sobre os ativos do plano	215
Valor presente da obrigação em 31/12/202 3	24.998
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/20 23	24.998
Rendimento esperado dos ativos do plano	2.291
Benefícios pagos pelo fundo	(75)
Ganhos atuariais sobre os ativos do plano	987
Valor presente da obrigação em 31/12/202 4	28.201

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

Premissas atuariais	2024	2023
Taxa nominal de desconto atuarial	11,01%	9,19%
Taxa real de juros	7,26%	5,50%
Inflação de longo prazo	3,50%	3,50%
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano	11,01%	9,19%
Rotatividade	Nulo	Nulo
Taxa nominal de progressão salarial para participantes ativos	5,57%	5,57%
Tábua de mortalidade participantes ativos e assistidos	AT-2000	AT-2000

Plano de Contribuição Definida

Para o plano de contribuição definida, o regime financeiro é de capitalização e repartição dos benefícios e os custos são realizados paritariamente pelos participantes e pela patrocinadora.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia, sendo que no exercício de 2024 foi de 1.394 (R\$1.376 em 2023).

26. Instrumentos financeiros por categoria

Controladora				
Ativos financeiros	2024			
	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	16.627	-	-	16.627
	16.627	-	-	16.627
Passivos financeiros	2024			
	Outros ao Custo Amortizado		Total	
Fornecedores (Nota 13)	110		110	
	110		110	

Controladora				
Ativos financeiros	2023			
	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	19.216	-	-	19.216
	19.216	-	-	19.216
Passivos financeiros	2023			
	Outros ao Custo Amortizado		Total	
Dividendos a pagar	4.778		4.778	
Fornecedores (Nota 13)	2		2	
	4.780		4.780	

Ativos financeiros	Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total 2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	508.749	-	508.749
Consumidores e concessionárias (Nota 6)	54.914	-	54.914
Ativos financeiros setoriais (Nota 29)	20.869	-	20.869
Ativo financeiro indenizável	-	25.362	25.362
	584.532	25.362	609.894
Passivos financeiros	Consolidado		
	Custo amortizado		Total 2024
Fornecedores (Nota 13)	10.347		10.347
Encargos regulatórios (Nota 15)	447		447
Pesquisa e desenvolvimento	2.442		2.442
Programa de eficiência energética	4.037		4.037
Passivos financeiros setoriais (Nota 29)	60.883		60.883
	78.156		78.156

Consolidado				
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis		Valor justo através do resultado	
	Total 2023		Total 2023	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	471.635		-	
Consumidores e concessionárias (Nota 6)	54.505		-	
Ativos financeiros setoriais (Nota 29)	39.752		-	
Ativo financeiro indenizável	-		21.443	
	565.892		21.443	
			587.335	

Consolidado				
Passivos financeiros	Custo amortizado		Total 2023	
	Total 2023		Total 2023	
Fornecedores (Nota 13)	21.518		21.518	
Encargos regulatórios (Nota 15)	1.038		1.038	
Pesquisa e desenvolvimento	2.148		2.148	
Programa de eficiência energética	3.703		3.703	
Dividendos a pagar	13.275		13.275	
Passivos financeiros setoriais (Nota 29)	47.757		47.757	
	89.439		89.439	

27. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades das subsidiárias as expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro das companhias.

A gestão de risco é realizada pela Supervisão Financeira da Companhia e suas subsidiárias, segundo as políticas aprovadas pela Administração, sendo esta, responsável por identificar, avaliar e a proteger contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das subsidiárias virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as contas a receber de clientes são monitoradas, realizando diversas ações de cobrança.

b) Risco de liquidez

Existe um monitoramento das previsões contínuas de exigências de liquidez das empresas para assegurar que tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa e o saldo exigido para administração do capital circulante são totalmente aplicados em ativos financeiros equivalentes de caixa, com incidência de juros, depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Risco quanto à escassez de energia

Para a controlada direta DMED, a energia fornecida aos consumidores da Companhia é oriunda de empreendimentos das quais é proprietária/consorciada, de cotas compulsórias (Itaipu, Angra I e Angra II, Cotas de Garantia Física e PROINFA) e da aquisição em Leilões de Energia, sendo que a fonte hidrelétrica é responsável por cerca de 77% do portfólio.

As vazões afluentes às usinas localizadas em algumas bacias que compõem o SIN, nestes últimos anos, situaram abaixo da média histórica, porém a partir de 2022 houve uma recuperação dos níveis dos reservatórios ocasionada pela melhora na hidrologia no período.

Em termos de armazenamentos equivalentes, o ano de 2024 fechou com 53% do armazenamento no Sistema Interligado Nacional (SIN), sete pontos abaixo da média na comparação com o mesmo período no ano anterior. Foram verificados ao final de dezembro de 2024, os seguintes valores nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Sul, correspondentes a 51% e 79%.

Diante do contexto hidrológico favorável nas principais bacias hidrográficas do SIN desde o início do período chuvoso 2024/2025 e uma projeção de baixo crescimento da carga, não há indicativos de possibilidade de racionamento de energia.

A controlada direta DMEE, assim como o Sistema Elétrico Brasileiro, tem fonte de energia oriunda, predominantemente, de geração hidrelétrica. Uma hidrologia desfavorável, com energia natural afluente e volume armazenado dos reservatórios abaixo dos níveis históricos, resulta em: (a) impacto do GSF (Generation Scaling Factor) na garantia física das usinas, obrigando a compra de energia no curto prazo ou no mercado livre para suprir esse corte; (b) Despacho constante de térmicas para atender a demanda do país, que são fontes mais caras que as

hidroelétricas, assim como a diversificação da matriz como fontes como eólica e solar, que são intermitentes; (c) Preços de Liquidação das Diferenças (PLD) elevados e com alta volatilidade, assim como os preços praticados no mercado livre.

Nível de hierarquia

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia de mensuração. Os instrumentos financeiros da Companhia estão integralmente classificados como Nível 2.

28. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2024 é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

29. Ativos e passivos financeiros setoriais

29.1.Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Na controlada direta DMED , a partir de 10 de dezembro de 2014, quando foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica nº 049/1999 - ANEEL , a controlada direta DMED passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

A CVA trata de valores realizados, uma vez que é responsável por registrar as variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada direta DMED e os pagamentos efetivamente ocorridos entre os processos tarifários anuais. As variações apuradas são atualizadas da monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros:

Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	Item	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2023
CVA ativa - Parcela A a receber		3.722	675	4.397	7.078	3.585	10.663
Aquisição de energia – (CVA energia)		2.015	594	2.609	2.123	2.127	4.250
Programa de incentivo a fontes Alternativas de energia elétrica – Proinfa		90	69	159	233	-	233
Transporte rede básica		1.333	10	1.343	2.103	762	2.865
Transporte de energia - Itaipu		257	-	257	407	178	585
Encargo de energia de sistema - ESS		7	-	7	3	12	15
Conta de desenvolvimento energético – CDE		-	-	-	2.178	505	2.683
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		20	2	22	31	1	32
Outros itens financeiros a receber		9.734	1.061	10.795	13.657	4.317	17.974
Neutralidade da parcela A		59	200	259	3.860	1.357	5.217
Sobrecontratação de energia		9.675	477	10.152	9.797	1.814	11.611
Bandeiras tarifárias		-	384	384	-	1.146	1.146
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros		13.456	1.736	15.192	20.735	7.902	28.637

Ativo circulante	13.456	1.736	15.192	20.735	7.902	28.637
Outros itens financeiros a receber	-	5.677	5.677	-	11.115	11.115
Sobrecontratação de energia	-	5.677	5.677	-	11.115	11.115
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	5.677	5.677	-	11.115	11.115
Ativo não circulante	-	5.677	5.677	-	11.115	11.115

Valores a devolver de parcela a e outros itens financeiros	Item	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2023
CVA passiva - Parcela A a devolver		(2.393)	(571)	(2.964)	(5.251)	(3.234)	(8.485)
Aquisição de energia – (CVA energia)		-	-	-	(3.939)	(2.446)	(6.385)
Programa de incentivo a fontes alternativas de energia elétrica – Proinfa		(1.302)	-	(1.302)	(916)	(139)	(1.055)
Transporte rede básica		(126)	-	(126)	(22)	-	(22)
Transporte de energia - Itaipu		(4)	(36)	(40)	-	-	-
Encargo de energia de sistema - ESS		(80)	(436)	(516)	(201)	-	(201)
Conta de desenvolvimento energético – CDE		(880)	(99)	(979)	-	(649)	(649)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(1)	-	(1)	(173)	-	(173)
Outros itens financeiros a devolver		(17.682)	(36.230)	(53.912)	(1.638)	(33.627)	(35.265)
Neutralidade da parcela A		(6.939)	(1.510)	(8.449)	(1.638)	(7)	(1.645)
Sobrecontratação de energia		-	(28.590)	(28.590)	-	(28.572)	(28.572)
Receita de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos		-	(5.646)	(5.646)	-	(4.963)	(4.963)
Bandeiras tarifárias		-	(484)	(484)	-	(85)	(85)
Repetição de Indébito Tributário PIS COFINS		(10.743)	-	(10.743)	-	-	-
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros		(20.075)	(36.801)	(56.876)	(6.889)	(36.861)	(43.750)

Passivo circulante	(20.075)	(36.801)	(56.876)	(6.889)	(36.861)	(43.750)
Outros itens financeiros a devolver	-	(4.007)	(4.007)	-	(4.007)	(4.007)
Sobrecontratação de energia	-	(4.007)	(4.007)	-	(4.007)	(4.007)
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	-	(4.007)	(4.007)	-	(4.007)	(4.007)
Passivo não circulante	-	(4.007)	(4.007)	-	(4.007)	(4.007)

29.2.Conta de compensação de variação de itens da Parcela A- CVA

Os valores a receber e a devolver de Parcela A referem-se às variações entre os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os custos fixados quando da determinação da tarifa nas Revisões e/ou Reajustes Tarifários. Esses valores garantem a neutralidade tarifária da Parcela A.

29.3.Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, tais como:

- universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional;
- concessão de descontos tarifários a diversos usuários do serviço (baixa renda, rural, atividade de irrigação e aquicultura em horário especial, serviço público de água, esgoto e saneamento, geração e consumo de energia de fonte incentivadas etc.);
- modicidade da tarifa em sistemas elétricos isolados (Conta de Consumo de Combustíveis – CCC); competitividade da geração de energia elétrica a partir da fonte carvão mineral nacional;

Os recursos da CDE são arrecadados principalmente das quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializam energia elétrica com consumidor final. Isso é feito mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão de energia, além dos pagamentos anuais realizados pelos concessionários e autorizados a título de Uso de Bem Público - UBP, das multas aplicadas pela ANEEL e da transferência de recursos do Orçamento Geral da União.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE assumiu a gestão dos fundos setoriais a partir de 1º de maio de 2017. Cabe à ANEEL aprovar o Orçamento Anual da CDE e fixar a quota anual, que deve corresponder à diferença entre a necessidade total de recursos da Conta e a arrecadação proporcionada pelas demais fontes.

Além da CDE-Uso que custeia estas políticas públicas, foram criadas as seguintes contas que são custeadas pela CDE.

I - CDE-COVID - encargo tarifário para a amortização das operações financeiras contratadas para alívio do caixa das distribuidoras de energia durante a pandemia da Covid-19

II – CDE Escassez Hídrica - encargo tarifário para a amortização das operações financeiras contratadas para auxiliar o setor elétrico diante dos custos decorrentes do cenário de baixa hidrologia e de aumento da geração termelétrica registrados ao longo de 2021

III – CDE-GD – encargo com finalidade de repassar para a Conta de Desenvolvimento Energético o custeio dos benefícios tarifários dos participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE

Em outubro de 2024 foi publicado o Despacho 3056/2024 que interrompeu a cobrança relacionada à Conta COVID e Escassez Hídrica, extinguindo-se assim a cobrança dos encargos CDE COVID e CDE Escassez Hídrica nas tarifas dos consumidores cativos da DMED a partir do reajuste tarifário realizado em novembro de 2024.

29.4.Neutralidade dos encargos setoriais na Parcela A

A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das variações mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais efetivamente faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário, baseados na expectativa de mercado para os 12 meses subsequentes ao reajuste.

29.5.Sobrecontratação de energia

Refere-se aos custos adicionais com exposição no mercado de curto prazo, diferenças de preços entre submercados e liquidação das sobras de energia, tendo em vista, que a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Sendo assim, contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

29.6.Receita de ultrapassagem de demanda

Conforme estabelecido no procedimento de regulação tarifária (“PRO

JORNAL MANTIQUEIRA DIGITAL 26 04 25 DME PARTICIPACOES S A RELATORIO DA ADMINISTRACAO pdf

Código do documento 6fb71344-f9a1-44be-9df7-803b9cd9efbc



Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101
Certificado Digital
anuncio@mantiqueira.inf.br
Assinou

Eventos do documento

26 Apr 2025, 08:38:14

Documento 6fb71344-f9a1-44be-9df7-803b9cd9efbc **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2025-04-26T08:38:14-03:00

26 Apr 2025, 08:38:54

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2025-04-26T08:38:54-03:00

26 Apr 2025, 08:39:13

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 179.96.251.22 (179-96-251-22.as28220.net porta: 44808). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC CONSULTI BRASIL RFB,OU=A1,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101. - DATE_ATOM: 2025-04-26T08:39:13-03:00

Hash do documento original

(SHA256):f10911420178cb71863a12dfe0edc276f153fbd19ca1f63432a243eafe418acc
(SHA512):ffc8e67aad58cd58d4609bda679bc6f830795e747c8e5b536b98fdd1e96da829cf81eaeafde58d24391d2d847d3d51acb89d7da8ccf67b9c0476cf481f8c6820

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.